

**MARÇAL JUSTEN FILHO**

**O DIREITO DAS  
AGÊNCIAS REGULADORAS  
INDEPENDENTES**



São Paulo - 2002

© **Marçal Justen Filho**

1ª edição, *Dialética*, 2002; 1ª reimpressão, *Dialética*, 2008



é marca registrada de

Oliveira Rocha - Comércio e Serviços Ltda.

Todos os direitos desta edição reservados  
**Oliveira Rocha - Comércio e Serviços Ltda.**  
 Rua Sena Madureira, 34  
 CEP 04021-000 - São Paulo - SP  
 Fone/fax (0xx11) 5084-4544

**www.dialetica.com.br**

ISBN nº 978-85-7500-053-5

627998

Na capa, reproduz-se, em destaque,  
 obra de **Marola Omartem**.

Projeto (miolo)/Editoração Eletrônica  
**Mars**

Fotolito da Capa  
**Duble Express**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Justen Filho, Marçal  
 O direito das agências reguladoras  
 independentes / Marçal Justen Filho. --  
 São Paulo : Dialética, 2002.

Bibliografia.

1. Agências reguladoras independentes  
 I. Título.

02-2267

CDU-35.071.3

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Agências reguladoras independentes : Direitos :  
 Direito administrativo 35.071.3

## Sumário

Introdução - A Questão Ideológica Subjacente .....	9
Capítulo I - A Concepção de um Estado “Regulador” .....	15
1. O modelo “regulatório” .....	15
2. Regulação e Estado de direito .....	16
3. Regulação e Estado providência .....	17
4. Sucesso e derrocada do modelo providencialista .....	18
5. Estado regulador e suas principais características .....	20
6. A relevância da evolução comunitária para a afirmação do modelo re- gulatório .....	25
7. Características da regulação .....	27
8. Modelo regulatório e poder de controle .....	28
9. As finalidades da regulação .....	31
10. Implicações da implantação de um modelo regulatório .....	41
11. As classes de instrumentos jurídicos da regulação .....	45
12. A proliferação de novos modelos normativos: a “soft-law” .....	46
13. A aplicação da “teoria dos jogos” .....	47
14. Os “tipos regulatórios” de VITAL MOREIRA .....	49
Capítulo II - As Agências Reguladoras Independentes .....	51
1. Estado regulador e agências independentes .....	51
2. Pressupostos de estudo do instituto das agências .....	52
3. A evolução do modelo regulatório (e das agências) nos EUA .....	54
Capítulo III - As Agências no Direito Brasileiro .....	286
1. Advertência prévia e fundamental: “trobriand cricket” .....	286
2. Algumas considerações de Direito Constitucional .....	288
3. A definição e a identificação de inconstitucionalidades .....	305
4. Algumas considerações sobre a Constituição Econômica Brasileira .....	307
5. O panorama das agências no Brasil .....	328
6. A tripartição de Poderes - velhos e novos problemas .....	344
7. As agências e a democracia (CF/88, art. 1º, § 1º) .....	353
8. O surgimento das agências independentes como opção “técnica” .....	358
9. Consideração crítica acerca da figura da agência .....	360
10. A natureza política da atividade desenvolvida pelas agências .....	376
11. A legitimação pela eficiência: um profundo equívoco? .....	379
12. A natureza jurídica das agências reguladoras no Direito brasileiro .....	380
13. Irrelevância da previsão constitucional explícita .....	392
14. Um conceito de autonomia para estudar as agências reguladoras bra- sileiras .....	396

15. Autonomia das agências e contrato de gestão .....	403
<b>Capítulo IV - Estruturação da Agência Reguladora no Direito Brasileiro (a Questão da Autonomia Estrutural) .....</b>	<b>412</b>
1. As diversas questões a enfrentar .....	412
2. A instituição de agências e a necessidade de lei .....	412
3. A questão topológica das agências .....	414
4. A configuração estrutural propriamente dita das agências .....	422
<b>Capítulo V - A Questão da Manutenção das Atividades (a Questão da Autonomia Econômico-financeira) .....</b>	<b>473</b>
1. O problema da autonomia financeira .....	473
2. Impossibilidade de aplicação de mecanismos de Direito Privado .....	473
3. Os mecanismos de Direito Público .....	476
<b>Capítulo VI - As Competências das Agências Reguladoras no Direito Brasileiro (a Questão da Autonomia Funcional) .....</b>	<b>481</b>
1. A amplitude de competências das agências .....	481
2. Competências usuais (“comuns”) .....	481
3. A autonomia no desempenho de competências peculiares das agências .....	482
4. Competência normativa abstrata .....	483
5. A competência normativa concreta das agências reguladoras .....	541
6. A separação de funções jurisdicionais e administrativas no Direito brasileiro .....	545
7. A solução em face da Constituição brasileira .....	554
8. A competência das agências para composição de litígios .....	555
<b>Capítulo VII - O Desempenho das Atividades das Agências e sua Processualização .....</b>	<b>559</b>
1. A processualização da atividade administrativa (inclusive) das agências .....	559
2. Regime jurídico da produção de normas abstratas .....	565
3. Regime jurídico da produção de normas concretas .....	569
<b>Capítulo VIII - O Controle da Atuação das Agências .....</b>	<b>584</b>
1. Colocação do problema .....	584
2. A questão dos instrumentos jurídico-formais de controle .....	584
3. Conclusões sobre o tema .....	592
<b>Índice Sistemático .....</b>	<b>594</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>617</b>